

# A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE NO ENSINO E NA PRODUÇÃO DA ARQUITETURA

*Denise Marques Bahia\**

**A**rquitetura é produtora de espaços vivenciais – meios ordenados, transformados e apropriados pelo homem (Bollnow, 1969, p. 25-31) – e se define na confluência de várias disciplinas: Antropologia, Sociologia, Filosofia, enfim por uma teia de relações que configuram sua complexidade.

Arte ou técnica? Superado o dualismo que caracterizou o século XIX, a arte moderna nos revelou princípios de simultaneidade, de temporalidade, apontando um novo caminho também para o fazer arquitetônico. As linguagens arquitetônica e estrutural conformaram a expressão da obra, não numa relação de oposição, mas de complementaridade percebida na unidade do objeto. Relacionando espaço e tempo, natureza e cultura, a arte moderna, mais especificamente a pintura cubista e futurista, deu impulso à nova concepção de espaço na arquitetura, que passou a ser marcada pela transparência, pela superposição de planos, pela idéia de movimento, características notáveis na obra de Corbusier, Gropius, Mies Van der Rohe e outros, que lançaram os novos paradigmas da arquitetura, os quais ainda hoje se fazem presentes.

O legado modernista revela a crença no poder transformador da arquitetura e a reafirmação de sua natureza utilitária e, ao mesmo tempo,

---

\* Professora de Planejamento Arquitetônico 2 e Planejamento de Interiores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas; arquiteta graduada pela UFMG em 1989, curso de especialização Prepes "As escolhas e as contingências: a produção da vida e das idéias na modernidade"; mestranda em arquitetura no curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da UFMG.

artística e representativa. Nota-se a unidade alcançada na síntese dos elementos que definem a estrutura e a expressão da forma. O rigor lógico no trato do espaço evidencia-se na pureza e na integridade formal.

Segundo declarações de alunos de Gropius, o qual levou a cabo com veemência os preceitos do Movimento Moderno no ensino da arquitetura, o mestre havia lhes ensinado qual era o papel do arquiteto na sociedade e que a mecanização e a liberdade individual não são incompatíveis, enfatizando a possibilidade de uma ação em comum, a partir da assimilação do desenvolvimento industrial às necessidades sempre mutáveis da comunidade, levando para o campo da arquitetura as novas tecnologias. A produção arquitetônica nesse período era movida, sobretudo, pela utopia, pelo sonho bem delineado da construção de uma sociedade melhor.

A obra de Gropius, como nos aponta Argan, “se enquadra na crise dos grandes ideais que caracteriza a cultura alemã do pós-guerra”, o que explica a nova confiança em um racionalismo capaz de resolver os problemas da existência e da sociedade como um todo, que fundamentou seu projeto pedagógico tanto na Bauhaus, quanto em Harvard, onde Gropius lecionou nas décadas de 30 e 40.

O ensino da arquitetura neste período, que tem em Gropius seu maior representante, baseava-se em um corpo de verdades irrefutáveis e na definição de uma meta clara a ser atingida – a transformação da sociedade – através do desenvolvimento industrial assimilado pela arquitetura.

Mas, como manter acesa a chama da utopia moderna, a crença em projetos globais, numa sociedade marcada pelo excesso de demanda e pela escassez de recurso, pela complexificação? Como ser moderno na realidade contemporânea, na chamada *supermodernidade* caracterizada pelo excesso factual, espacial, produtora de não-lugares (Marc Augé, 1994, p. 32-38), nas cidades que crescem vertiginosamente, catalizando um processo de desterritorialização do homem?

Com essa dúvida latente, devemos buscar os valores permanentes da arquitetura que lhe são inerentes, que permanecem intocados sob to-

das as transformações decorrentes do desenvolvimento industrial, para fundamentar nossa prática de ensino de arquitetura.

Para Aldo Rossi, as características estáveis da arquitetura são “a criação de um ambiente mais propício à vida” e a “intencionalidade estética”. Ambas têm, em comum, a dimensão cultural da relação entre o homem e a natureza. O lugar, na acepção arquitetônica do termo, se faz a partir da apropriação pelo homem de um território demarcado no espaço homogêneo, sem referências, desconhecido, e é nesse ato que funda sua existência. A arquitetura é, assim, como afirmava Frank Lloyd Wright, “the frame of life”.

Nessa perspectiva, consideramos que a existência humana é espacial e que o espaço é existencial, como definiu o filósofo Martin Heidegger, a partir de uma concepção fenomenológica da relação do ser e o mundo.

Voltamos, portanto, ao ponto inicial deste artigo, que não pretende criar receitas, modelos ou metodologias, mas incentivar a reflexão acerca do ensino e da produção arquitetônica: *a arquitetura é produtora de espaços vivenciais*. A revisão crítica do conceito de espaço, da categoria da alteridade e da subjetividade é, portanto, a chave para redefinirmos o papel do arquiteto na sociedade contemporânea e fundarmos novos paradigmas éticos e estéticos, para orientar a produção atual da arquitetura, nos âmbitos do fazer e do ensinar.

*O ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado. Com isso quero dizer que seus territórios etológicos originários – corpo, clã, aldeia, culto, corporação... – não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorpóreos. (Guattari, 1992, p. 169)*

Para Guattari, a subjetividade encontra-se ameaçada de paralisia com a desterritorialização do homem contemporâneo, o que faz surgir a necessidade de uma re-singularização, de restaurar a chamada “cidade subjetiva”, resgatando a singularidade individual e a coletiva. Há um paradoxo no mundo contemporâneo: tudo circula ao mesmo tempo, o que acaba criando uma petrificação, uma imobilidade que precisa ser quebrada, a partir da re-singularização das finalidades da atividade humana: o nascimento, a morte, o desejo, o amor, e, a meu ver, também

a memória, a relação com o tempo e com o espaço.

A produção da subjetividade, no entanto, implica na necessidade de “conhecimento do aspecto global das problemáticas urbanas” e requer “uma colaboração de uma transdisciplinaridade entre os urbanistas, arquitetos e todas as outras disciplinas das ciências sociais, das ciências humanas, das ciências ecológicas etc.”. (Guattari, 1992, p. 172)

Somente reengendrando a subjetividade – entendida como condição de sujeito – é possível fazer surgir do caos contemporâneo, da dúvida, uma nova proposta de ensino da arquitetura que não seja universalista como a proposta modernista. Ao mesmo tempo, não se trata, como alerta Guattari, de naufragarmos num ecletismo que renunciaria toda visão social, por valorizarmos o particular, o singular, mas é exatamente o corpo social complexificado de hoje que exige ser “re-singularizado, re-trabalhado, re-experimentado”, em suas diferenças.

Nessa perspectiva, o projeto arquitetônico é “chamado a se tornar uma cartografia multidimensional da produção da subjetividade”.

A partir destas reflexões, concluo que devemos, portanto, trabalhar no ensino a construção do conceito que antecede e fundamenta o projeto, no sentido de desvelar a subjetividade e interpretar a “intencionalidade estética” que orienta o processo de criação do aluno, a partir de sua própria experiência de espaços vividos, memoráveis, que representem algo de inteligível, espaços significantes de qualidades inomináveis, de desejos, memória de “ambientes mais propícios à vida”.

Educar, conforme nos apontou José de Anchieta Corrêa em artigo publicado na Revista AU (n. 54), significa, segundo a própria etimologia da palavra:

*tirar algo para fora, ou seja, empenhar-se numa ação ou processo cujo móvel ou objeto já se encontra no próprio sujeito. Menos a modo de um dado específico, mais como um dinamismo, um convite à freqüentação de um lugar já visitado e de certa forma já conhecido, à semelhança de uma pulsação da própria existência.*

que é potência.

O processo de criação em arquitetura envolve, de certo modo, a angústia de que nos fala o poeta Paulo Leminsky (1991, p. 23) de ser "condenado a ser exato", quando queremos a liberdade da forma, do sonho, da poesia. Dados reais, objetivos, mensuráveis, obviamente são também aqueles que tornam o projeto executável e devem ser abordados com clareza, por serem condicionantes que inserem a obra na realidade e dão sentido prático ao objeto arquitetônico. Mas a essência que identifica, que confere caráter e expressão à obra, que resulta da subjetividade, estará, certamente, naquilo que existe em potência e que vai se desvelando no processo criativo. Aí reside a poesia do fazer arquitetura como o *homo faber* que, ao fabricar o objeto, fabrica-se a si próprio.



Iberê Camargo, em foto reproduzida de: Revista Rio. Rio de Janeiro. 1951. n. 141 março. p. s/n.

A subjetividade está presente tanto no ato de criar, de produzir, mas também na experiência de habitar, na qual o homem e o espaço incluem-se e definem-se mutuamente, e constitui, portanto, questão da maior importância na definição dos pressupostos básicos que orientam o ensino e a produção da arquitetura.

Partindo dessas premissas, procuro definir os procedimentos didático-pedagógicos que possibilitem uma melhor abordagem da subjetividade no ensino do projeto arquitetônico, nas disciplinas em que leciono.

Numa primeira etapa que antecede a atividade do projeto propriamente dito, trabalha-se a elaboração do conceito que fundamentará o processo projetual, através dos seguintes recursos: análises de obras correlatas ao tema dado, escolhidas pelos alunos; identificação dos princípios ordenadores de composição arquitetônica presentes nas obras escolhidas; incentivo à compreensão da diversidade de linguagens arquitetônicas que marcam obras paradigmáticas (aulas expositivas com *slides* e transparências ilustrativas de tais obras); incentivo à compreensão da linguagem como elemento de expressão, mas também como elemento estruturante do conceito e revelador do caráter da obra; leitura de textos científicos, literários e poesias que relacionem a teoria, a história e a produção do objeto arquitetônico; incentivo à pesquisa de sistemas estruturais e das possibilidades de fusão das linguagens arquitetônica e estrutural (análise de obras representativas).

Numa etapa posterior à elaboração da fundamentação teórica e conceitual do projeto, nas orientações individuais que ocorrem ao longo do desenvolvimento do mesmo, ao trabalhar a intencionalidade estética e a intuição criadora do aluno, busca-se evocar a memória de lugares vivenciados, experiências concretas de vivência do espaço, referências pertinentes ao tema dado que despertem a consciência da dimensão cultural da arquitetura. É preciso deixar fluir os desejos, a memória, os quais se transformarão em valores ou qualidades a serem alcançados na expressão, na espacialização do objeto arquitetônico. Para tanto, é preciso incentivar a busca de referências, a identificação das empatias que traduzam aquilo que já existe no aluno como intenção no ato de criar, como potência a ser atualizada, e que ele ainda não é capaz de expressar, de imediato, através da forma e de seus meios de representação.

Cabe ressaltar que, no intuito de trabalhar a subjetividade no processo de criação arquitetônica, é importante incentivar, também, o uso de modelos volumétricos artesanais – os quais chamamos de maquetes processuais –, pois estes atuam como instrumento de representação mais adequado, na medida em que propiciam a visão de totalidade da obra, fundem sujeito e objeto, criando maior envolvimento do aluno com seu trabalho, além de constituírem uma simulação mais perfeita do real.

### Referências bibliográficas

- ARGAN, Giulio Carlo. *Walter Gropius y el Bauhaus*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1957. 179p.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares; introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994. 111p.
- BOLLNOW, Otto Friedrich. *Hombre y espacio*. Barcelona: Labor, 1969. 277p.
- CORRÊA, José de Anchieta. A linha e o compasso. *Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 54, p. 105, jun./jul. 1994.
- GIEDION, Siegfried. *Espacio, tiempo y arquitectura; el futuro de una nueva tradición*. Madrid: Dossat, 1982, 825p. cap. 6: p. 447-642.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose; um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- LEMINSKY, Paulo. *La vie en close*. São Paulo: Brasiliense, 1991. 133p.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309p.